

[Câmara atende bancada feminina com emenda que ameniza aposentadoria e pensão de mulheres](#)

Deputadas conseguem melhorar expectativa de ganhos com aumento de 2 pontos percentuais nos ganhos a partir de 15 anos de contribuição, e não 20, como na proposta original. Pensão por morte ganha piso de um salário por beneficiário

[\(El País, 12/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Um dia após a [euforia da aprovação](#) do texto-base da [reforma da Previdência](#) em primeiro turno, a Câmara entrou na batalha pela aprovação das emendas. Ao todo, 20 emendas e destaques foram colocados para serem analisados. A primeira alteração aprovada na PEC envolve o cálculo da aposentadoria de mulheres e as pensões de viúvos e viúvas. Articulada pela bancada feminina e com apoio da maioria dos partidos com representação no Congresso Nacional, a mudança, votada por volta das 22h30 horas desta quinta-feira, prevê que as mulheres que tiverem tempo mínimo de contribuição de 15 anos, poderão se aposentar com 60% dos seus vencimentos. A partir daí, esse valor sobe dois pontos percentuais a cada ano a mais trabalhado. Pelo texto aprovado na quarta-feira, entre os 15 e os 20 anos, não havia nenhum acréscimo. A aposentadoria, entretanto, só pode ser requerida a partir dos 62 anos, como já era consenso no novo texto. A proposta foi acatada por 344 deputados favoráveis contra 132.

Os deputados fixaram também em um salário mínimo o piso da pensão por morte ao viúvo ou viúva desde que ele não possua nenhuma outra renda. Na proposta inicial, esse pagamento era feito apenas para quem não tivesse ninguém na família com rendimentos. Agora, a emenda deixa claro que o benefício vale para o cônjuge que ficar viúvo, que tem o piso garantido. A medida beneficia principalmente as mulheres que são as principais beneficiárias das pensões por morte.

Ao total foram três alterações no texto-base que havia sido aprovado por 379 votos na noite de quarta-feira. As outras duas alterações ocorreram já na madrugada de sexta-feira.

A Câmara decidiu amenizar o impacto da reforma para os homens também. Por 445 votos a 15, os deputados aprovaram a redução do tempo mínimo de contribuição para um trabalhador do sexo masculino requisitarem a aposentadoria. É o mesmo prazo dado às mulheres.

Na proposta original, os homens só poderiam se aposentar aos 65 anos de idade com pelo menos 20 anos de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social.

Os deputados ainda reduziram a idade mínima de aposentadoria de profissionais de segurança pública civil, como policiais federais, rodoviários federais, legislativos, ferroviários, além de agentes penitenciários e socioeducativos. Agora, esses trabalhadores poderão se aposentar aos 53 anos, caso sejam homens, e aos 52, se forem mulheres. Antes a regra previa a aposentadoria aos 55. Essa votação acabou em 467 a 15.

Ao longo dessa sexta-feira há a expectativa da votação de ao menos mais um destaque, que

altera as regras de aposentadoria para professores, assim como a análise do segundo turno da proposta.

Durante a quinta-feira, a votação dos destaques e emendas chegou a ser ameaçada. Isso porque não estava claro qual seria o impacto econômico das alterações. O Instituto Fiscal Independente do Senado Federal calculou que, da forma como foi aprovada, a projeção de economia seria de 714 bilhões de reais. Entre os deputados circulava-se a informação de que as mudanças a serem debatidas, envolvendo professores, policiais e as mulheres poderiam significar uma redução que variava de 30 bilhões de reais a até 280 bilhões de reais.

Diante desse cenário com informações incertas, o Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, emitiu uma nota explicando que os novos cálculos só seriam divulgados após a votação de toda a PEC em segundo turno, o que pode ocorrer ainda nesta semana. “Como uma medida pode influenciar no impacto de outras, estimativas sem o texto final não são fidedignas”, diz o documento.

Dessas três alterações, apenas a que envolve as mulheres foi votada e aprovada até a conclusão desta reportagem. As demais seriam analisadas ao longo da noite ou ainda nesta sexta-feira. A expectativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o principal fiador da proposta, era de que a votação em segundo turno acabasse ainda nesta semana.

Sobre os policiais, uma emenda aglutinativa apresentada pelo partido Podemos pretende reduzir a idade mínima de aposentadoria deles de 55 anos para 53, no caso de homens, e de 52, no de mulheres. A sugestão conta com a simpatia do presidente Jair Bolsonaro e beneficia policiais federais, rodoviários federais, agentes penitenciários e socioeducativos. Na Comissão Especial que tratou do tema, uma emenda semelhante foi rejeitada.

Ao menos oito emendas foram votadas desde a quarta-feira. Como se trata de uma emenda constitucional, qualquer proposta precisa do apoio de 60% dos membros da Câmara, ou seja, 308 entre 513 deputados.

Nessa batalha para avançar com a reforma, a cúpula da Câmara dos Deputados passou mais de oito horas em negociações para tentar evitar a desidratação da proposta de emenda constitucional 06/2019. Maia se reuniu com lideranças partidárias e com representantes do Governo Jair Bolsonaro (PSL) acertando quais alterações seriam colocadas em votação. Na pauta das negociações, entrou também a liberação imediata dos recursos de emendas parlamentares que foram acertados com o presidente ao longo desta semana.

Por Afonso Benites

Deputadas defendem condições diferenciadas para a aposentadoria das

[mulheres](#)

A bancada feminina da Câmara dos Deputados estará com o presidente Michel Temer, nesta quarta-feira (12), para sanção de projetos ligados aos direitos das mulheres.

As parlamentares pretendem aproveitar a ocasião para tratar também da proposta que torna iguais as condições de aposentadoria de homens e mulheres.

[\(Câmara dos Deputados, 11/04/2017 – acesse no site de origem\)](#)

Nesta terça-feira (11), em reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, todas as deputadas que se manifestaram defenderam a manutenção de condições diferenciadas.

A proposta original do governo para a reforma da Previdência (PEC 287/16) fixa a idade mínima para aposentadoria em 65 anos para homens e mulheres.

Condições desiguais

Algumas deputadas como Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) disseram que concordam com a necessidade de ajustar o sistema previdenciário, mas afirmaram que não é o momento de igualar homens e mulheres na idade de aposentadoria porque as condições de vida e do mercado de trabalho ainda são muito desiguais.

Rosinha lembrou que é favorável às políticas de cotas porque elas são temporárias: “Porque eu defendo as cotas e outras ações afirmativas compensatórias como a que temos em muitas políticas públicas, mas também defendo que elas não devem se perpetuar. Mas, da forma radical como se está propondo, sem que haja esta política pública estruturada, aí vai ser muito difícil para a mulher e os trabalhadores em geral. Eles vão pagar um preço muito alto para uma transição que culturalmente ainda não estamos prontos para enfrentar”.

Jornada de trabalho

Alessandra Cavalcanti, da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF), disse que as mulheres enfrentam desigualdades de jornada de trabalho, salários e de oportunidades.

Carliene Oliveira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), disse que a jornada de trabalho da mulher do campo é ainda mais pesada: “Nós mulheres que trabalhamos no campo não temos só tripla jornada de trabalho, não. Nós acordamos 4 horas da manhã para dormir meia-noite, costurando roupa para criança porque a gente não tem dinheiro para comprar roupa, para ir no shopping. A gente às vezes costura uniforme de criança lá para durar o ano todo, a gente não tem dinheiro, não. Nós estamos de olho, vem eleição aí”.

Idade mínima igual

Mas a professora de Seguridade Social Zélia Pierdoná, Procuradora Regional da República, defendeu a igualdade da idade mínima de aposentadoria entre homens e mulheres em 65 anos e explicou que reduzir os gastos com Previdência vai permitir maiores despesas com políticas públicas que reduzam as desigualdades.

Ela afirmou, inclusive, que muitas políticas não dependem de recursos novos e citou o exemplo da licença-maternidade na Espanha: “As cinco primeiras semanas devem obrigatoriamente ser

usufruídas pela mulher, para recuperação física, as outras nove o casal define se é o homem ou se é a mulher. Com uma medida como essa, que pode ser adotada no campo infraconstitucional, o empregador, na hora de contratar um homem ou uma mulher, não vai discriminar porque a mulher teria que se afastar para a licença-maternidade”.

Tempo de contribuição

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) disse que, mesmo que os deputados votem pela manutenção de uma idade diferenciada para as mulheres, o aumento do tempo de contribuição mínimo de 15 para 25 anos deverá excluir muitas mulheres do acesso à aposentadoria porque 64% já teriam dificuldade hoje de comprovar o tempo mínimo.

Reportagem - Sílvia Mugnatto

Edição - Newton Araújo

Para professora, aposentadoria deveria observar diferenças de gênero no mercado de trabalho

A professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marilane Teixeira afirmou, em audiência pública da comissão especial que analisa a proposta de reforma da Previdência, que, apesar da redução do número de filhos nos últimos anos, as mulheres vêm cada vez mais tendo que cuidar dos pais idosos, ao mesmo tempo em que trabalham fora de casa.

[\(Agência Câmara, 23/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O tempo dedicado pelas mulheres às tarefas domésticas é atualmente de, em média, 21 horas por semana. Já os homens declaram 10 horas.

Rendimentos

A professora ressaltou ainda que o ganho de renda observado para as mulheres em relação aos homens na última década se deve à política de valorização do salário mínimo. “Nas faixas entre 5 e 10 salários mínimos, a diferença salarial [entre homens e mulheres] é de 63%.”

Segundo ela, uma mulher negra ganha 43% do que recebe um homem branco, evidenciando o fato de que as desigualdades devem ser analisadas sob vários aspectos e não só sob o de gênero.

Expectativa de vida

Marilane Teixeira afirmou que os dados sobre expectativa de vida não são estanques e podem piorar caso os investimentos em políticas sociais sejam afetados. “Somente na cidade de São Paulo a expectativa de vida varia de 67 a 88 anos, dependendo do grupo observado.”

A professora ainda disse que o desemprego afeta mais as mulheres, que acabam se aposentando com mais tempo de trabalho porque não conseguem comprovar tempo de contribuição

ininterrupto. Em 2015, segundo ela, 76,6% dos homens em idade para trabalhar estavam no mercado. O percentual feminino seria de 55,3%.

A comissão especial discute hoje a Seguridade Social e a condição da mulher na proposta apresentada pelo governo. A audiência continua no plenário 2.

Reportagem - Silvia Mugnatto

Edição - Ralph Machado

Feministas debatem idade mínima igual para aposentadoria de homens e mulheres

Ponto é um dos mais polêmicos da reforma da Previdência

A agenda da reforma da Previdência voltou a ser discutida na semana passada e está causando divergências, principalmente quando o assunto é a igualdade de idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres. Atualmente, as mulheres podem se aposentar por idade aos 60 anos e os homens aos 65 anos. O governo quer adotar 65 anos para todos. Duas estudiosas das questões de gênero, Hildete Pereira de Melo, economista e professora da UFF, e Bila Sorj, socióloga da UFRJ, debateram a questão.

[\(O Globo, 22/02/2017 - acesse em pdf\)](#)

Para Hildete, a desigualdade no mercado de trabalho, que faz as mulheres sofrerem com desemprego maior, a taxa é de 11,7% contra 9,6% dos homens e o salário 24% menor que o dos homens, não permite que se adote a igualdade exatamente na aposentadoria.

[Clique aqui para assistir à entrevista](#)

Bila Sorj defende a igualdade, mas acredita que o ideal é que se aumente a idade para aposentadoria feminina aos poucos, conforme as políticas públicas voltadas para aumento do acesso à creche e à escola em tempo integral comecem a atenuar a carga de trabalho doméstico.

Leia mais: **[Feministas divergem sobre idade mínima igual para aposentadoria de homens e mulheres \(O Globo, 21/02/2017\)](#)**

A jornada total da mulher, unindo trabalho remunerado e doméstico, é cinco horas maior que a do homem. Elas dedicam cerca de 20 horas por semana à casa enquanto os homens trabalham cerca de 10 horas em casa. As creches atendem a 25% das crianças de 0 a 3 anos e a escola em tempo integral no ensino fundamental chega a apenas 9%.

Enquanto a maioria defende que se mantenha a diferença, pela dupla jornada feminina e pela baixa cobertura de creches e escolas em tempo integral, há quem defenda que a igualdade é bem-vinda, diante da vida sete anos mais longa da mulher e para não reforçar o papel

tradicional feminino.

Por Cássia Almeida

Feministas divergem sobre idade mínima igual para aposentadoria de homens e mulheres

Maioria defende que se mantenha a diferença, pela dupla jornada feminina e baixa cobertura de escolas em tempo integral

A intenção do governo de igualar a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres está provocando debate entre feministas de diversos ramos acadêmicos. A maioria defende que se mantenha a diferença, pela dupla jornada feminina e pela baixa cobertura de creches e escolas em tempo integral. Mas há quem defenda que a igualdade é bem-vinda, diante da vida sete anos mais longa da mulher e para não reforçar o papel tradicional feminino. Para se chegar à igualdade, no entanto, defendem que é necessário um tempo de transição.

[\(O Globo, 21/02/2017 - acesse em pdf\)](#)

A proposta do governo que está tramitando no Congresso prevê 65 anos de idade para se aposentar. Atualmente, as mulheres podem requerer o benefício a partir de 60 anos e os homens, 65 anos.



Professora Hildete Pereira de Melo. Faculdade de Economia Campus de Gragoata (Foto: Luiz Morier / Agência O Globo)

A economista e professora da UFF, estudiosa das questões de gênero, Hildete Pereira de Melo é categórica na sua defesa da aposentadoria mais cedo para as mulheres:

— Nos países em que há igualdade, há também políticas compensatórias para as mulheres. Há que ter uma compensação para o trabalho reprodutivo.

No Brasil, as creches, públicas e privadas, atendiam a 24,6% das crianças de 0 a 3 anos em 2014. Só 9% dos estudantes estão na escola em tempo integral.

A socióloga Clara Araújo, da UFRJ, defende a igualdade, mas está contra a reforma do jeito que está posta na mesa. Ela defende um período de transição, inclusive para os homens.

— Dedicar mais tempo ao trabalho doméstico e interromper a carreira para atender à família prejudicam efetivamente a aposentadoria. Mas a forma de enfrentar o problema não é reforçando essa visão essencialmente paternalista e que estimula os papéis sexuais. A esta altura, no Século XXI, não há como defender essa diferença. E mundo caminha para igualdade.

Em 14 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 34 países desenvolvidos, a idade para se aposentar é a mesma para homens e mulheres.



Lena Lavinas, professora da UFRJ

A economista Lena Lavinas, professora da UFRJ e atualmente no Institute for Advanced Study de Berlim, é contra a mesma idade mínima. Diz que a reforma subverte os princípios da Previdência brasileira:

— Nosso sistema é de repartição. Os jovens pagam para os idosos e os homens para as mulheres, já que elas trabalham mais e ganham menos. Há um efeito redistributivo na previdência. É a característica intrínseca do sistema de repartição. As mulheres não têm que pagar por mais tempo. O ideal é que mais mulheres contribuam. Se desincentivar a contribuição, todos sairão perdendo.

As mulheres ganhavam 76% do salário do homens em 2015. Em 2004, era 70%.

A carga do trabalho reprodutivo nas mãos das mulheres é outro argumento das feministas que defendem que haja compensação na hora de se aposentar. Hoje, a jornada total (trabalho fora e em casa) da mulher ultrapassa em cinco horas a do homem. É nesse ponto que a socióloga Maria Betânia Ávila, pesquisadora do Instituto Feminista para Democracia SOS Corpo, do Recife:

— A mulher tem uma intensidade de trabalho bem maior. É um trabalho contínuo. Começa a trabalhar em casa, vai para o trabalho remunerado, depois volta para o trabalho doméstico. Sobra pouco tempo para a carreiras mais permanentes e até para representação política. A mulher trabalha até no lazer. Cuida do filho na praia, na festa.

Maria Betânia diz que a comparação com os países da OCDE não é a ideal.

_ Nesses países, a escola é em tempo integral e há acesso à creche. Tem que ver a realidade social de cada país. Os países do Sul têm trabalho tão precário quanto o nosso.



Bila Sorj, professora da UFRJ, dá entrevista sobre a pesquisa 'Trabalhadoras Brasileiras: Trabalho remunerado e cuidados com a casa - uma tensão permanente' (Foto: Marcelo Camargo / ABr)

Bila Sorj, socióloga e professora da UFRJ, já defende a igualdade, com ressalvas, como um período de transição de dez anos.

— Sou a favor da igualdade de gênero, portanto tem que ser consistente com modelo de previdência que proponha a igualdade na idade de aposentadoria. É importante a equalização da mulheres e homens. Como a mulher trabalha mais horas, o ideal é que fosse implantada ao longo de dez anos, para dar tempo que as políticas públicas para atenuar o trabalho reprodutivo fossem implantadas também, com aumentar a licença-paternidade para ter divisão melhor do trabalho doméstico e mais creches.

Para Marta Castilho, coordenadora da Pós-Graduação em Economia da UFRJ, as mulheres são sub-representadas nos estratos mais elevados do mercado de trabalho:

— Isso mostra que a mulher não está competindo em pé de igualdade. Se não é igual de um

lado, por que vai ser pelo outro? A sociedade não avança no primeiro ponto e só sobra a penalização para as mulheres.

Marta afirma que a previdência não pode ser olhada somente pelo lado fiscal.

— É um equívoco. A Previdência foi responsável pela queda na pobreza no campo.

A diretora da Academia Brasileira de Ciência e professora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Márcia Barbosa, lembra que o Brasil não caminha para igualdade na divisão sexual do trabalho doméstico. Nos últimos dez anos, os homens gastam as mesmas dez horas semanais com a casa, enquanto as mulheres dedicam o dobro.

— Se estivéssemos num mundo ideal de justa distribuição do trabalho, poderia ter as mesmas regras da aposentadoria. Além disso, a discussão de gênero não existe nas escolas. Os meninos não aprendem a cozinhar, costurar, cuidar de crianças.

Márcia lembra que também cabe à mulher o cuidado dos idosos e dos doentes:

— O fim da vida do trabalhador recai sobre a mulher. Igualar o tempo na esperança que os homens serão maravilhosos não vai resolver. A mulher só vai trabalhar muitos anos a mais.

CAETANO: 'CONGRESSO É SOBERANO'

Rosália Lemos, professora de Cultura Afro-brasileira e Educação em Direitos Humanos da IFRJ/Nilópolis e feminista negra, diz que a mudança será mais dramática para as mulheres negras.

— Elas estão ocupada em trabalhos de qualificação e remuneração menores e de risco maior. É um retrocesso nos direitos humanos das negras. Somos nós que sofremos mais no mercado. Ganhamos muito menos do que homem negro, homem branco e mulher branca.

A principal ocupação da mulher negra é o emprego doméstico, no qual a formalização é de cerca de 30%.



Ana Amélia Camarano. Entrevista com a organizadora do livro sobre os efeitos da redução da população a partir de 2050 (Foto: Fabio Rossi / Agência O Globo)

Ana Amélia Camarano, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), defende a igualdade desde que a transição seja suave. Ela afirma que as mulheres que se aposentam por idade contribuem em média por 18 anos. Se a reforma passar, terá que contribuir por mais sete anos. Já os homens terão que contribuir mais quatro anos em relação à média atual de 21 anos:

— Sou a favor para as mulheres que não têm filhos. Hoje cresce o número de mulheres sem filhos.

A nossa taxa de fecundidade é de 1,7 filho por mulher. Para repor a população, a taxa tem que ser de 2,1 filhos.

— Tem que compensar o custo gerado pela reprodução, até para incentivar a natalidade. Sem jovens, não há previdência. Aí, não vai ter reforma que dê conta — afirma Ana Amélia.

O secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, reconhece que há desigualdades no mercado de trabalho, mas que “não vão se resolver por meio da aposentadoria”:

— A Previdência não é a solução.

O secretário esteve ontem na Fundação Getúlio Vargas (FGV) num debate sobre o tema e afirmou que o “governo vai se mais fiel possível à proposta enviada ao Congresso”. Sobre a

declaração de deputados de que não será possível aprovar a proposta até junho, o secretário disse que o “Congresso é soberano”

*Por Cássia Almeida
Colaborou Daiane Costa*

‘Mulheres custam mais à Previdência porque vivem mais’, diz Caetano

Principal formulador da proposta de [reforma da Previdência](#) enviada ao Congresso, o economista Marcelo Caetano rebate as críticas de que o governo Temer vai “acabar” com o sistema público de aposentadorias no Brasil.

[\(Folha de S.Paulo, 11/12/2016 - acesse no site de origem\)](#)

“O que estamos fazendo é desprivatizar a Previdência, para que alguns segmentos deixem de se apropriar de recursos públicos de forma privada. Uma aposentadoria de R\$ 30 mil não pode ser Previdência Social”, diz Caetano, que ocupa o cargo de secretário de Previdência no Ministério da Fazenda.

*

Folha - Com a reforma, o governo obriga quem quiser se aposentar mais cedo ou com benefício mais alto a recorrer à previdência privada?

Marcelo Caetano - Circula uma crítica de que estamos privatizando a Previdência Social. Essa reforma não dá nenhum incentivo tributário e não altera o volume de captação de recursos da previdência privada.

Será apenas ampliada a previdência complementar para servidores que ganham além do teto, de R\$ 5.189. O objetivo é que essa renda extra venha da poupança do próprio servidor.

Não entra na minha cabeça que uma aposentadoria de R\$ 20 mil ou até R\$ 30 mil seja considerada Previdência Social. Somente 5% dos trabalhadores privados brasileiros recebem salários superiores a R\$ 5.189 ao mês.

O que estamos fazendo, na verdade, é desprivatizar a Previdência, para que alguns segmentos deixem de se apropriar de recursos públicos de forma privada. Se algum servidor quiser ganhar mais, deve poupar mais.

Não são apenas os servidores que terão que poupar mais, mas toda a população. O brasileiro se aposenta muito cedo?

O padrão global exige uma idade mínima para aposentadoria. Nas Américas, somente dois países não adotam esse critério: Brasil e Equador.

Só que no Equador é preciso trabalhar por no mínimo 40 anos -seja homem, seja mulher. Aqui são 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres.

Sem idade mínima, as mulheres, por exemplo, podem se aposentar aqui com 52 anos de idade e uma expectativa de sobrevida de 30 anos. O tempo de recebimento da aposentadoria é igual

ou até maior que a contribuição. A conta não fecha.

A idade mínima de 65 anos já existe no Brasil. Grande parte dos trabalhadores de menor renda só se aposenta por idade, ou seja, com 65 anos e após 15 anos de contribuição.

A reforma eleva de 65 para 70 anos a idade mínima para que trabalhadores de baixa renda que nunca contribuíram para a Previdência tenham acesso a benefício assistencial. Os pobres estão sendo penalizados?

É preciso pensar na consistência de todo o regime previdenciário. Se você obtém um benefício sem contribuição, vai receber menos ou por menos tempo do aqueles que contribuíram, até para incentivar que mais pessoas participem do sistema.

Mas os muito pobres não contribuem porque em geral trabalham na informalidade. A Previdência não deveria contribuir para reduzir a desigualdade de renda no país?

O intuito da Previdência é repor renda. Não estou deixando de reconhecer a desigualdade no país, mas a Previdência Social não é uma política apropriada para resolver isso.

Hoje a mulher se aposenta antes do homem porque se encarrega da maior parte do serviço doméstico. A reforma da Previdência estabelece regras de transição diferentes, mas, depois disso, a idade mínima de aposentadoria será igual. O governo acredita que, em 15 ou 20 anos, as jornadas de trabalho de homens e mulheres serão iguais?

A Previdência não vai resolver o problema de gênero no Brasil nem nenhuma outra forma de discriminação. A mulher se aposentar antes que o homem é apenas um paliativo. O custo da mulher para a Previdência Social é maior que o do homem porque ela vive por mais tempo. Do ponto de vista previdenciário, uma idade igual para se aposentar já é um subsídio para a mulher, porque o benefício será pago por mais tempo.

Além disso, o diferencial salarial entre homens e mulheres ainda é alto, mas vem diminuindo e o menor intervalo está nas faixas etárias mais jovens.

Existe uma tendência de redução dessas diferenças. A prática internacional de aposentadoria é igualar ou reduzir o diferencial de idade entre homens e mulheres.

As aposentadorias dos militares não são atingidas pela reforma, mas o governo disse que vai elaborar um projeto de lei sobre esse assunto. Quando isso deve ocorrer?

Não há prazo.

Os militares terão um sistema similar aos dos demais brasileiros, com idade mínima e maior tempo de contribuição?

Não tenho essa definição. Essa discussão ainda está em aberto.

Os políticos poderão definir suas regras de transição. Há risco de eles legislarem em causa própria?

O Brasil é uma Federação, e os Estados e os municípios estabeleceram regras próprias para a aposentadoria dos seus políticos.

Ainda que exista uma regra permanente -todos os políticos estarão no INSS a partir da publicação da emenda-, estou partindo de muitos pontos iniciais distintos.

Não é possível estabelecer as mesmas regras de transição todos. Essa engenharia é impossível.

A tramitação da reforma da promete ser complicada no Congresso. Quais pontos são inegociáveis para o governo?

Essa é uma pergunta que sempre me fazem. Por exemplo, tem que ter uma idade mínima de

aposentadoria. A Previdência, no entanto, é uma grande engrenagem.

Precisamos compatibilizar fórmula de acesso, de cálculo, correção do benefício, pensões por morte. É como um quebra-cabeça. Se mexer numa peça, altera a outra.

Mas vivemos num ambiente democrático. Não é uma ditadura tecnocrática em que eu e minha equipe decidimos o que é melhor para o país.

O Executivo fez uma proposta baseada no que avalia que é tecnicamente melhor e agora o Legislativo fará uma discussão como em qualquer país democrático.

Se a reforma for aprovada como está, resolverá definitivamente o rombo da Previdência no Brasil?

No longuíssimo prazo, não sabemos o que vai acontecer, mas é possível ter uma estabilidade por 30 ou 40 anos. Se os deputados abrirem mão de alguns pontos ou se aprovarem uma contrarreforma daqui há alguns anos, tudo pode mudar. Fizemos alguns mecanismos para aliviar a imprevisibilidade, como ajustar a idade mínima de aposentadoria pela expectativa de vida da população [elevando-a de 65 para 67 anos até 2060]. Esse ponto é muito importante que seja mantido.

Se a reforma naufragar, há risco de colapso da Previdência?

Temos um deficit crescente. Em 2015, foi de R\$ 85 bilhões e pode atingir R\$ 180 bilhões no próximo ano.

Essa variação sofre um impacto do ciclo econômico, mas tem uma questão estrutural também, que é o envelhecimento da população.

Alguns Estados já estão atrasando e parcelando o pagamento dos aposentados. Isso mostra que a previdência não é mais um problema do futuro, mas do presente.

Raquel Landim

CAS transfere à Previdência pagamento de salário-maternidade de microempresas

(Agência Senado, 30/03/2016) A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto nesta quarta-feira (30) que transfere das micro e pequenas empresas para a Previdência Social a responsabilidade pelo pagamento direto do salário-maternidade. O PLS 732/2015 será agora encaminhado à Câmara dos Deputados.

Hoje, a Lei 8.213/1991 obriga as empresas a pagar diretamente o benefício, cujo valor será, depois, restituído pela Previdência. A restituição é feita por meio de abatimento de contribuições sobre a folha de salários. Mas, segundo a autora da proposta, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), ao responsabilizar os pequenos empresários pelo pagamento direto do salário-maternidade, o legislador desconsiderou o fato de as micro e pequenas empresas terem quadro de empregados e faturamento reduzido, o que impede a rápida compensação do salário-maternidade.

— Não se pode comparar a realidade financeira das microempresas e empresas de pequeno

porte com a vivenciada pelos grandes empregadores, os quais, em geral, possuem uma vasta folha salarial que lhes permite a compensação célere do salário-maternidade — argumentou Gleisi.

A dificuldade de compensação aos pequenos negócios é ainda maior pelo fato de essas empresas serem optantes do Simples Nacional, sistema que comporta vários tributos federais numa alíquota única e mais reduzida. É o que alega a relatora do projeto na CAS, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). Isso “causa impacto no capital de giro dessas empresas”, observa Marta.

A relatora acrescenta que o atual sistema de pagamento direto do salário-maternidade pelas micro e pequenas empresas pode gerar “discriminação de gênero em relação as empregadas em idade reprodutiva, uma vez que, de forma velada, os empregadores evitem arcar com o pagamento direto do benefício”.

Outro argumento apresentado por Marta Suplicy é o de que a Constituição determina tratamento favorecido aos pequenos negócios. Assim, segundo ela, existe uma perfeita sintonia entre o projeto de Gleisi e os princípios constitucionais, afirma a relatora.

Marta também destaca que “a aprovação do presente projeto de lei não traz nenhuma despesa adicional ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que já tem a obrigação legal de pagar o salário-maternidade”.

Acesse no site de origem: [*CAS transfere à Previdência pagamento de salário-maternidade de microempresas \(Agência Senado, 30/03/2016\)*](#)

Reforma da Previdência, crise econômica e violência afetam mais as mulheres, aponta debate na CDH

(Agência Senado, 07/03/2016) A luta pelos direitos das mulheres foi o tema da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoveu nesta segunda-feira (7). Reforma da Previdência, crise econômica e violência contra a mulher foram assuntos abordados durante o encontro – proposto pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

— Esta audiência busca colaborar com a caminhada das mulheres. Para mim, dia das mulheres é todos os dias — disse o senador, em referência ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março.

A vice-prefeita de Salvador (BA), Célia Sacramento, disse que a reforma da Previdência e a falta de creches, duas das principais reclamações das mulheres atualmente, são temas que “falam da vida”. Ela criticou a intenção do governo de aumentar “em até dez anos” o tempo

necessário para a aposentadoria da mulher. Célia disse que a fisiologia evidencia a diferença entre homens e mulheres e cobrou novos modelos de gestão.

— Estão buscando apenas o caminho mais fácil, que é aumentar o tempo de contribuição — criticou.

A presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, Gláucia Morelli, também criticou a anunciada proposta da reforma previdenciária, que poderia retirar da mulher o direito de se aposentar mais cedo que o homem, “sem levar em conta a dupla jornada das mulheres”. Para Gláucia, as mulheres precisam se posicionar e contar com representantes públicos comprometidos com a busca dos direitos femininos. Já a secretária de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Maria Pimentel, disse que a reforma necessária é o fim dos desvios e da sonegação.

— É uma verdadeira afronta ao povo brasileiro! É um escárnio! Homens e mulheres precisam se unir contra essa reforma — disse Maria Pimentel.

Crise e violência

A relação entre gênero, raça, crise e violência também foi abordada no encontro. A coordenadora-geral das Mulheres Trabalhadoras da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Ivanilda Reis, apontou que “se é difícil para a mulher, imagina para a mulher negra”. Ela disse que as pesquisas registram que as mulheres negras ocupam os piores cargos e recebem os piores salários, além de serem as principais vítimas da violência e do preconceito. Assim, segunda Ivanilda, a crise econômica e social termina sendo mais grave entre os negros, com destaque para as mulheres negras.

— A crise atinge mais as mulheres negras. A violência tem cor — lamentou Ivanilda.

A secretária nacional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, lembrou que o século 20 representou um período de conquistas de direitos para as mulheres. Ela citou a Constituição de 88 como exemplo de garantia de muitos direitos para as mulheres. Aparecida, no entanto, lamentou o fato de os homens ganharem mais do que as mulheres e de as mulheres brancas ganharem mais do que as mulheres negras.

— Nossa pauta é não perder nenhum dos direitos, é lutar por mais. Nossos direitos custaram a vida de muitas mulheres. É preciso enfrentar o discurso conservador — afirmou.

A presidente do Comitê Mundial de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos, Juneia Martins Batista, anunciou o lançamento de uma cartilha com orientações sobre a questão da violência de gênero no local de trabalho. Ela disse que 52% das mulheres já sofreram violência ou conhecem casos de violência sexista em seu ambiente de trabalho. Juneia fez críticas à publicidade que explora o corpo das mulheres e também à diferença de salário entre mulheres e homens.

— Todas nós sabemos do que se trata. Muitas mulheres faltam ao trabalho por medo da violência. Não há desculpa para a violência — afirmou.

Luta

Apesar dos lamentos e das críticas, as participantes da audiência pública foram unânimes quanto à importância da disposição para a luta. A diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Cintia Rangel Assumpção, lamentou que os preconceitos contra a mulher ainda persistam. Ela afirmou que para o direito das mulheres avançar não é preciso recuar o direito dos homens. A coordenadora-geral da Fasubra, Léia Oliveira, disse que é preciso reconhecer os avanços já conquistados na luta pelos direitos da mulher. Segundo Léia, esse reconhecimento deve servir como um impulso na luta pela preservação dos direitos.

Para a pedagoga Eurídice Ferreira de Almeida, também representante da Fasubra, é preciso mais engajamento das mulheres na luta pelos seus direitos. Ela lembrou que as mulheres representam 51% da população e 52% dos eleitores, mas ocupam menos de 10% das cadeiras na Câmara dos Deputados e pouco mais de 13% das vagas no Senado.

— Falar de mulher é falar de luta diária e luta de resistência. Quando juntas, somos imbatíveis
— declarou Eurídice.

Acesse no site de origem: [Reforma da Previdência, crise econômica e violência afetam mais as mulheres, aponta debate na CDH \(Agência Senado, 07/03/2016\)](#)

Homens e mulheres devem se aposentar com a mesma idade?

(Época, 03/02/2016) A senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, diz que a aposentadoria antecipada é uma forma de o Estado reconhecer as jornadas de trabalho que as mulheres cumprem sem receber qualquer remuneração

ÉPOCA - Por que as mulheres devem continuar a se aposentar antes dos homens?

Vanessa Grazziotin - A aposentadoria antecipada das mulheres é uma forma de compensar um trabalho que o Estado não reconhece nem remunera. Recai sobre a mulher, quase com exclusividade, a manutenção da própria espécie. A mulher desempenha quase sozinha tarefas que deveriam ser do Estado e não são. Por isso nossa jornada é diminuída. Poderia ser reduzida ainda mais. É muito pouco, se você pensar que muitas mulheres trabalham em três turnos. Elas trabalham fora de casa, dentro de casa e ainda cuidam das crianças. Quase com exclusividade. Apesar de tudo isso, ainda ganham em média 30% a menos. Ainda deixam de ascender no mercado de trabalho.

Leia mais: [Governo planeja unificar idade para aposentadorias de homem e mulher \(Folha de S. Paulo, 02/02/2016\)](#)

ÉPOCA - Reformas previdenciárias miram o futuro. No futuro, a divisão de tarefas não tende a ser mais igualitária entre homens e mulheres?

Vanessa - Quando a desigualdade começar a se desfazer, poderemos conversar sobre isso. Ou

quando a gente conseguir o reconhecimento do papel da dona de casa. Temos o reconhecimento da empregada doméstica, mas não da dona de casa. Ninguém paga aposentadoria para ela. Não vejo isso como algo imutável, mas acho que ainda não é hora de debater a questão. A mudança na aposentadoria das mulheres teria efeito prático a longo prazo, daqui a 30 anos. Para agora, não haverá impacto nenhum. Não é disso que o Brasil precisa. Precisamos gastar energia em medidas para enfrentar a crise agora. Entendo que esse tipo de proposta afasta do governo sua principal base de apoio, a base de trabalhadores e mulheres.

ÉPOCA - Quando seria a hora adequada para discutir?

Vanessa - Quando o Brasil deixar de ser um dos países com piores indicativos de igualdade de gêneros. Estamos entre os últimos países em respeito à mulher na política. Estamos entre os primeiros países em violência contra a mulher. A nossa sociedade é uma das que mais discrimina o papel social da mulher. Somos o maior parte do eleitorado, temos melhor escolaridade mas ocupamos apenas 10% das cadeiras do parlamento. Não temos espaço e reconhecimento na sociedade brasileira. É assim na política. As empresas têm mulheres na linha de produção, mas quase nenhuma na diretoria.

ÉPOCA - Ao se aposentar antes e viver por mais tempo, as mulheres costumam mais à Previdência que os homens. Igualar a aposentadoria não tornaria os gastos por gênero mais igualitários?

Vanessa - A mulher contribui muito mais, ao desempenhar como mãe o papel que deveria ser da própria Previdência. Alguma compensação a gente tem que ter. A compensação mínima é se aposentar antes dos homens. Acho que nós somos as mais interessadas em igualar aposentadoria. Não vejo problema nenhum em igualar. Mas temos que igualar todo o resto antes: a participação na política, o valor dos salários, a divisão de tarefas...

ÉPOCA - Parecem claras as desigualdades entre homens e mulheres ao longo da vida. Por que a aposentadoria seria a melhor ferramenta para compensar essas desigualdades? Principal injustiçada, a dona de casa sequer receber aposentadoria.

Vanessa - É preciso buscar igualdade com todas as ferramentas que estiverem ao nosso alcance. Todas. Não tem nada de inadequado. Temos que discutir novas formas de compensar a injustiça, em vez de retirar algo duramente conquistado ao longo de décadas. Devemos igualar os direitos da mulher, em vez de começar por igualar as obrigações.

Marcelo Moura

Acesse no site de origem: [*Homens e mulheres devem se aposentar com a mesma idade? \(Época, 03/02/2016\)*](#)

[Proposta quer fazer mulher trabalhar mais cinco anos para se aposentar](#)

(O Dia, 11/12/2015) *Ministro da Fazenda quer igualar idade, 65 anos, para requerimentos de*

benefício por homens e mulheres

Na reforma da Previdência defendida pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, as mulheres vão ter que trabalhar mais e tanto quanto os homens para se aposentar. Proposta do ministério apresentada ao Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social acaba com critérios diferentes de gênero e adota idade mínima de 65 anos para trabalhadores e trabalhadoras como condição para requerer o benefício do INSS. O tempo mínimo de contribuição também sobe para elas, de acordo com o que quer a pasta. Passa a ser de 35 anos e não mais 30 anos.

Outro ponto polêmico da proposta é em relação à aposentadoria do setor rural. A Fazenda propõe igualar as regras às do setor urbano. Hoje, para se aposentar, o pessoal da área rural não precisa provar que contribuiu para a Previdência. É pedido apenas a comprovação de que trabalharam no campo durante 15 anos, mediante declaração de sindicatos rurais.

Os trabalhadores rurais também podem se aposentar por idade (55 anos, as mulheres, e 60 anos, os homens), sem comprovação para o INSS. O objetivo da Fazenda é evitar que a aposentadoria rural continue aumentando o rombo nos cofres públicos, que nessa área chegou a R\$ 72,8 bilhões em 2015.

A proposta prevê mecanismo para diminuir o impacto das mudanças e ser aprovada pelo fórum. Em relação à idade mínima, a Fazenda idealizou que a cada dois anos a mais de trabalho que ultrapassassem 35 anos de contribuição, haveria redução de um ano dos 65 anos exigidos para aposentadoria.

A proposta foi defendida ontem pelo ministro Joaquim Levy em almoço promovido pela Febraban. O ministro disse que a reforma será o ponto central do ajuste fiscal em 2016, tanto nas ações de curto prazo quanto de longo prazo.

“Precisamos fortalecer a previsão constitucional de restabelecermos 35 anos de contribuição e idade mínima de 65 anos. Temos que avançar e deixar clara qual será a reforma da Previdência Social, para dar horizonte a médio e longo prazo”, afirmou.

Segundo Levy, sem o déficit — que até outubro soma R\$ 74,062 bilhões — o resultado final das contas públicas em 2015 não seria negativo, porque neste ano o Tesouro teve superávit de R\$ 48 bilhões.

REFORMA NÃO ESTÁ PAUTADA

A próxima reunião do Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social não está programada para debater as propostas de reforma apresentada pelo Ministério da Fazenda.

Oficialmente, a pauta da reunião prevista para a próxima semana vai tratar da retomada do crescimento econômico do país.

Inicialmente, o encontro do fórum que tem a participação de representantes do governo, empresários, trabalhadores e aposentados estava agendado para a quarta-feira passada, mas acabou cancelado. Segundo sindicalistas, o adiamento da reunião ocorreu devido à decisão da presidenta Dilma Rousseff querer participar do encontro previsto para semana que vem.

“O ministério (do Trabalho e Previdência) enviou comunicado cancelando a reunião. E não oficialmente, o motivo seria que a presidenta Dilma quer se reunir com os trabalhadores no fórum”, disse o presidente licenciado do Sindicato Nacional dos Aposentados, da Força Sindical, João Batista Inocentini, que tem se mostrado muito insatisfeito com a inércia do fórum.

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República informou que a participação ainda não constava na agenda da presidenta Dilma para a próxima semana.

Acesse no site de origem: [Proposta quer fazer mulher trabalhar mais cinco anos para se aposentar \(O Dia, 11/12/2015\)](#)